



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

**LEI Nº 589**

DE 15 DE FEVEREIRO DE 2001.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A AVALIAR, RENEGOCIAR, COMPENSAR E SER FOR O CASO, PARCELAR A DÍVIDA COM A COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DE SÃO PAULO (SABESP) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA**, Prefeito do Município da Estância Turística de Ibiúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte lei:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado para, em nome do Município da Estância Turística de Ibiúna, avaliar e apurar através de consultoria especializada para tanto, os valores reais que compõem os créditos reclamados pela SABESP, tendo em vista a contrapartida já ofertada pelo Município, com realização de inúmeros serviços a SABESP.

**Parágrafo único** – Em se constatando a existência da dívida, fica o Poder Executivo autorizado a renegociar e contratar o parcelamento da mesma.

**Art. 2º** - No caso de parcelamento, o custeio das parcelas correrão através de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, respeitando sempre a capacidade econômica de endividamento do Município, em



# **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA**

Estado de São Paulo

atendimento ao equilíbrio das contas públicas exigido pela Lei Complementar nº 101/00.

**Art. 3º** - O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianual do Município, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o parcelamento, dotações suficientes à amortização da dívida resultantes do cumprimento desta lei.

**Art. 4º** - Fica ainda autorizado o Poder Público, caso se apure a existência de dívida com a SABESP, a compensar com a cessão de servidores públicos para SABESP ou com outros direitos que se apure ser o Município detentor, desde que, no caso de cessão de pessoal, não afete ou prejudique a organização administrativa e funcional do Município e não infrinja os limites de gastos total com pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00).

**Art. 5º** - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS  
15 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2001.**

**FÁBIO BELLO DE OLIVEIRA**

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura e afixada no local de costume em 15 de fevereiro de 2001.

JAMIL PRADO

Secretário Geral da Administração